

Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. Email: cwpg@uol.com.br

Pedro de Araújo Quental

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Email: quental.pedro@gmail.com

Resumo: Os processos de integração regional em curso hoje na América Latina têm sido marcados por uma lógica territorial que tem concebido grandes áreas do espaço geográfico latino-americano como “vazios demográficos” ou “terras disponíveis”. Essa forma de conceber o espaço geográfico latino-americano remonta ao legado colonial que atravessa a formação sócio-espacial da região e a própria posição que o continente americano ocupou no processo de formação do sistema-mundo moderno-colonial, a partir de 1492. Este artigo tem por objetivo problematizar os processos de integração física em curso atualmente no continente, especificamente a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), buscando evidenciar a reprodução da lógica da colonialidade do poder e do saber constituintes de seu modelo de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: América Latina; Sistema Mundo Moderno-Colonial; Colonialidade do poder; Integração Regional; IIRSA.

La colonialidad del poder y los desafíos de la integración regional en América Latina

Resumen: Los procesos de integración regional en curso hoy en América Latina han estado marcados por una lógica territorial que ha concebido grandes áreas de espacio geográfico en América Latina como “vacíos demográficos” o “tierras disponibles”. Esta forma de concebir el espacio geográfico latinoamericano se remonta a la herencia colonial que atraviesa la formación socio-espacial de la región y la propia posición que el continente americano ocupó en el proceso de formación del sistema-mundo moderno-colonial, a partir de 1492. Este artículo tiene como objetivo problematizar los procesos de integración física en curso en el continente, en particular la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) a fin de poner en evidencia la reproducción de la lógica de la colonialidad del poder y del saber constituyentes de su modelo de desarrollo regional.

Palabras clave: América Latina, Sistema Mundo Colonial-Moderno, colonialidad del poder, integración regional, IIRSA.

The coloniality of power and the challenges of integration in Latin America

Abstract: The regional integration processes under way in Latin America today have been marked by a territorial logic that has conceived large areas of geographic territory in Latin America as “demographic emptiness” or as “available land.” This way of conceiving the geographical space in Latin America, dates back to the colonial legacy that accompanies the region’s socio-spatial formation and the place that the American continent fulfilled in the process of formation of the modern-colonial world system, since 1492. This article aims to discuss the physical integration processes currently under way on the continent, specifically the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA), in an attempt to show the reproduction of the coloniality logic of power and knowledge, that constitutes its regional development model.

Key words: Latin America; Modern-Colonial World System; Coloniality of Power; Regional Integration; IIRSA.

* * *

Introdução

Assumimos de modo tão naturalizado as designações e recortes geográficos das regiões que visualizamos em mapas ou que utilizamos como referência de pertencimento e localização, que dificilmente nos questionamos sobre os processos de regionalização que instituíram esses nomes e desenhos cartográficos.

A subdivisão do mundo entre os continentes que hoje conhecemos pelas designações de Ásia, Oceania, África, América e Europa tomada como uma realidade incontestada, oculta a estrutura geopolítica que esta regionalização impõe, bem como o longo processo histórico que a formou. Entretanto, “a Terra não foi criada e dividida em quatro (sic) continentes desde seu início por um ser divino” (Mignolo, 2007:15), “os recortes geográficos, as regiões, são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social” (Albuquerque Júnior, 2009:79).

Atribuir nome a uma região geográfica é também um ato de poder, uma maneira de efetivar controle e domínio sobre um espaço (Haesbaert, 2010). O ato de enunciar e nomear uma região favorece seu reconhecimento e seu vir a existir, dito a partir de uma posição de autoridade, impõe uma nova visão e divisão do mundo social, consagra um novo limite. Todo limite e recorte geográfico de uma região é marcado por disputas pelo monopólio de sua legítima definição, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer uma nova visão e representação do mundo (Bourdieu, 1989).

Em grande medida, é recorrente o uso do conceito de América Latina como sendo a indicação de um recorte espacial dentro da subdivisão do planeta em grandes áreas. No intuito de situar ou localizar um determinado

fenômeno, quando escutamos ou fazemos alguma alusão ao termo América Latina, imediatamente recorremos às imagens com as quais aprendemos a dividir o mundo e identificar suas diferentes regiões geográficas. Nesse caso, tomamos a expressão ‘América Latina’ como referida a um objeto ou a uma realidade empírica claramente existente e percebida.

Esta forma de conceber o conceito de América Latina acaba por reificar o que é um recorte geográfico e instrumento de análise, como sendo a própria forma como os fatos e a realidade são e se organizam. De maneira acrítica toma-se uma construção intelectual para interpretar a realidade como sendo a realidade, naturalizando-a, transformando-a em coisa objetiva.

Este processo de reificação, contudo, produz não somente certa confusão entre representação e realidade, como oculta que, ao longo de sua história, o conceito de América Latina foi formulado e acionado como estratégia de controle e demarcação de formas particulares de se compreender e dizer o que é mundo e, portanto, mais como recurso de práticas sociais e de poder do que como simples forma de analisar e identificar um recorte de área específico.

O surgimento da idéia de América

Houve tempo em que a região que hoje conhecemos pelo nome de América Latina era reconhecida pelos povos que aqui viviam a partir de outras designações. Abya-Yala, Tawantinsuyu e Anahuac são algumas delas. Antes de 1492, América não figurava em nenhum mapa ou representação do mundo, pois até esse momento a idéia de um quarto continente ainda não havia surgido¹. “El territorio existía y los pobladores también, por supuesto, pero ellos daban su propio nombre al lugar donde vivían [...]” (Mignolo, 2007:28).

Antes de 1492, a cosmologia cristã dividia o mundo em apenas três continentes: Ásia, África e Europa. Nenhuma outra cosmologia entre as demais civilizações daquele período histórico, como a chinesa, a indiana, a inca, a japonesa ou a árabe-islâmica, regionalizava o mundo desta maneira. Apenas os cristãos do ocidente partilhavam desse imaginário, uma visão tripartida do mundo expressa no mapa cristão do T em O e referenciada nos três filhos de Noé: Ásia representando Sem; África, Cam e; Europa, Jafé (Mignolo, 2003; 2007).

A correlação entre os filhos de Noé e cada um dos três continentes até então conhecidos pela cosmologia cristã surge de influências das idéias de Santo Agostinho. Como relatado em seu livro *A Cidade de Deus*, Cam é o amaldiçoado, o herege, o filho que pecou contra o pai e teve seus descendentes condenados a serem servos de seus irmãos. Sem e Jafé, ao contrário, foram os filhos abençoados por Noé. A Jafé foi designada a benção do crescimento, do engrandecimento, e este reinaria, então, sobre os outros irmãos (Mignolo, 2007, 2003).

Apesar do conceito de raça, como hoje o concebemos, ter sua origem no século XVIII, implícita à narrativa cristã sobre o repovoamento da Terra pelos descendentes de Jafé, Sem e Cam depois do Dilúvio, encontra-se um sentido de superioridade e inferioridade na classificação dos povos segundo os continentes, sentido que se faz expresso no mapa do T em O. Desta divisão tripartida de mundo, surgirá a base de elaboração dos mapas-múndi dos séculos XVI e XVII (Mignolo, 2007).

Figura I



É neste quadro de categorização e hierarquização dos continentes, que América será incorporada como quarto elemento da cosmologia cristã tripartida. Com os mapas do mundo traçados por Gerardus Mercator, em 1542, e Abraham Ortelius, em 1575 – primeiros mapas do mundo moderno-colonial – pela primeira vez na história da humanidade o mundo aparecerá dividido nos quatro principais continentes que conhecemos hoje. A partir desse momento, a crença em uma configuração do planeta que corresponde a uma divisão real e natural em quatro continentes, ganha extraordinária força e alcance (Mignolo, 2007). Como consequência, outras conceitualizações espaciais para esta região denominada, agora, como América, são silenciadas. Tawantisuyu, Anáhuac e Abya-Yala desaparecem.

O conceito de América surge, assim, a partir de uma visão de mundo provinciana e particular, específica à cosmologia cristã. Neste sentido, “não

é possível compreender a idéia de América sem a existência de uma divisão tripartida do mundo anterior ao descobrimento/invenção do continente, com suas correspondentes conotações geopolíticas cristãs” (Mignolo, 2007: p.33; 48).

O conceito de América – e, posteriormente América Latina – é uma construção semântica com implicações políticas, econômicas, epistêmicas e éticas que surgiu e se impôs em detrimento de conceitualizações e denominações originárias deste mesmo continente.

O termo América, como sabemos, é uma homenagem a Américo Vespúcio, comerciante e navegador italiano que observou que as terras encontradas por Cristóvão Colombo anos antes, em verdade, não se tratavam das Índias (Ocidentais), mas de um Novo (sic) Mundo. A homenagem surge em 1507 por sugestão do cosmógrafo Martin Waldseemüller, membro do destacado Ginásio Vosgense localizado na cidade de Saint Die, em Lorena, na França. Para que estivesse acomodado ao imaginário de mundo do período, o termo recebe uma flexão de gênero gramatical para o feminino, combinando, então, com as designações Ásia e África (Mignolo, 2003; 2007).

Mas não apenas o conceito América é inserido como sobreposição a outras designações e representações de mundo que os habitantes originários atribuíam aos seus espaços de vida. Com o advento da conquista e a incorporação de um quarto continente ao quadro de mundo cristão, as designações “Índias Ocidentais” e “Novo Mundo”, duas outras formas como também foram batizadas as novas possessões coloniais de Espanha e Portugal, são inseridas no imaginário de mundo europeu e coexistem com a designação de América (Mignolo, 2003; 2007).

O conceito de “Novo Mundo”, ao implicar um sentido de anterioridade dos continentes europeu, africano e asiático em relação à América, silenciou a contemporaneidade histórica desta, ignorando sua coexistência com as demais regiões (Mignolo, 2007).

Neste sentido, poderíamos dizer que com a invenção do conceito de América, prevalece uma conceitualização espacial que Massey (2004) identifica como “conceber o espaço em termos temporais” (Massey, 2004). Muitas das expressões utilizadas para qualificar diferentes espaços geográficos – expressões como “avançado”, “atrasado”, “moderno”, “em desenvolvimento” – apontam para uma compreensão das diferenças espaciais a partir de marcos temporais seqüenciais. Trata-se, deste modo, de uma maneira de conceber as diferenças geográficas em termos de seqüência histórica, em termos da posição que uma região do planeta ocupa na evolução linear da história dita mundial. Nesta perspectiva, prevalece uma compreensão espacial que subtrai a contemporaneidade do “Outro”, negando-lhe sua alteridade e impondo uma história de narrativa única (Massey, 2004). Como afirma Mignolo, “América sempre foi concebida como um continente que não coexistia com os outros três, mas que apareceu

mais tarde na história do planeta, razão pela qual se lhe dá o nome de ‘Novo Mundo’ ”(Mignolo, 2007: 51).

O conceito de “Índias Ocidentais”, por sua vez, reproduz um sentimento de centralidade ao continente europeu no cenário mundial. Até 1492, o centro do mundo cristão era localizado em Jerusalém e, Europa, portanto, encontrava-se ao Ocidente, a Oeste deste centro. Com o surgimento das Índias Ocidentais no imaginário de mundo cristão, América passa a configurar o extremo ocidente deste cenário, deslocando Europa – e o Ocidente, portanto – para o centro do quadro (Mignolo, 2007).

Por um lado, então, o termo Índias Ocidentais passa a localizar o Ocidente como centro, como *locus* privilegiado de enunciação, região geográfica a partir de onde se tem o poder e o privilégio de classificar e dizer o que é e como deve ser o mundo. Por outro, faz da região geográfica designada como América, extensão da Europa, uma exterioridade que lhe pertence, o extremo Ocidente que faz parte, agora, das possessões de Jafé, filho de Noé que tinha como futuro e destino o fôlego, o engrandecimento e a expansão. Como afirma Walter Mignolo, “a partir daí, as Índias Ocidentais definiram os confins do Ocidente e, se bem fossem parte de sua periferia, pertenciam ao Ocidente de todos os modos” (Mignolo, 2007:60).

Nesta perspectiva, a própria narrativa do “descobrimento” é parte também de uma visão de mundo restrita ao universo cristão europeu e exemplo de um discurso que posiciona a Europa como centro do mundo, descartando, mais uma vez, a contemporaneidade e coexistência dos povos que habitavam Tawantisuyu, Anáhuac e Abya-Yala. Como nos alerta Mignolo, “América nunca foi um continente que houvesse que descobrir e sim uma invenção forjada durante o processo da história colonial europeia e da consolidação e expansão das idéias e instituições ocidentais” (Mignolo, 2007:28-29).

América e a formação do sistema-mundo moderno-colonial

A globalização que vivemos nos dias de hoje é o auge de um processo iniciado há mais de 500 anos com a conquista da América, o desenvolvimento do sistema capitalista e a formação de um novo padrão de poder mundial centrado na Europa. Neste processo, a América foi o ato constitutivo, o ponto de partida e condição de possibilidade para a formação do que viria a ser o sistema-mundo moderno, um novo padrão de poder com vocação mundial (Quijano, 2005).

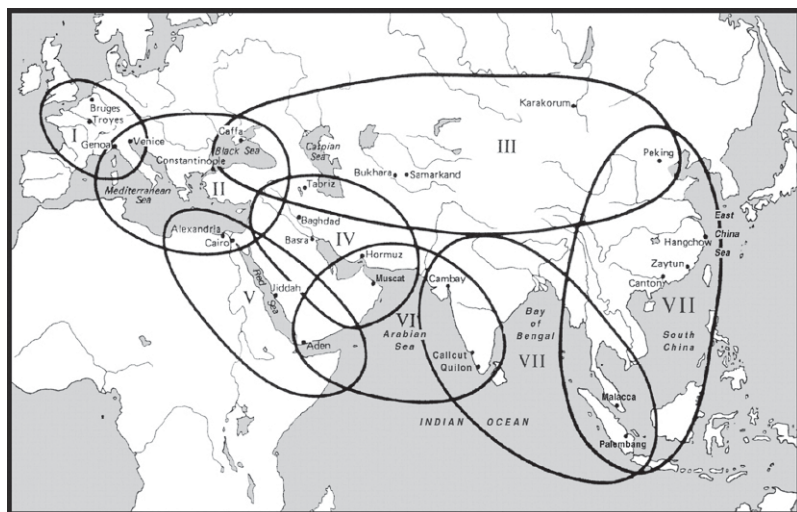
De acordo com Dussel (2000), no século XIII, a região geográfica que hoje conhecemos como Europa manteve sempre papel periférico dentro do contexto histórico do continente euro-afro-asiático. Até o século XV, a Europa formava um local secundário e isolado em relação ao “mundo

turco e muçulmano, que domina politicamente do Marrocos até o Egito, a Mesopotâmia, o Império Mongol do Norte da Índia e os reinos mercantis de Malaca, até a ilha de Mindanao, nas Filipinas” (Dussel, 2000:43). À época orientar-se era seguir por esse caminho.

No quadro de mundo dos séculos XIII e XIV, a ordem mundial então vigente se encontrava organizada pelo predomínio de oito circuitos comerciais que interligavam centros mercantis localizados na Europa, África e Ásia, estendendo-se desde Pequim até Gênova, extremidades desta rede. Neste antigo cenário, China ocupava uma posição dominante, e Europa, o lugar mais marginal (Mignolo, 2003; 2005; 2007).

Neste mapa de época, coexistiam ainda dois outros importantes circuitos comerciais: Anáhuac e Tawantinsuyu. Localizados no que apenas posteriormente viria a ser designado como América, se encontravam até esse momento desligados dos circuitos mercantis europeus, asiáticos e africanos, bem como inexistentes no imaginário de mundo destas civilizações. É o que nos evidencia o mapa traçado por Janet L. Abu-Lughod (Abu-Lughod apud Mignolo 2003; 2005).

Figura II

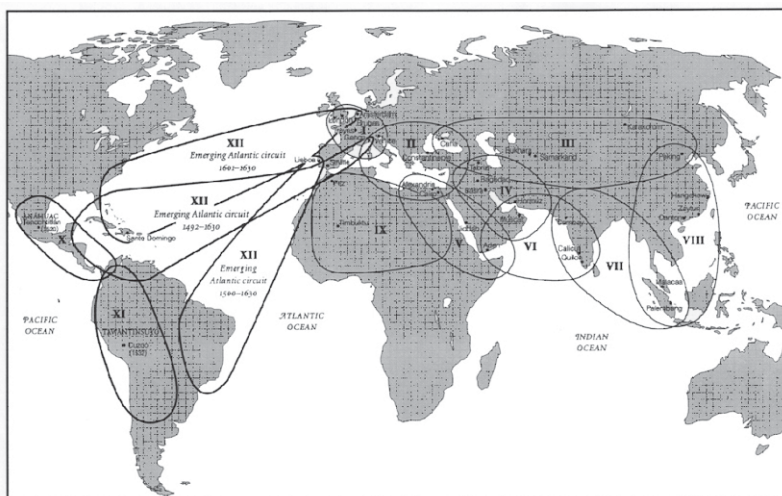


Até esse momento, portanto, não se poderia falar em uma história de fato mundial, o que existia eram “histórias justapostas e isoladas, como a romana, persa, do reino dos hindus, de Sião, da China, Inca, entre outras” (Dussel, 2000:59). A partir do século XVI, no entanto, este quadro começa a sofrer grande transformação. A emergência de um novo circuito comercial, inaugurado com o “descobrimento” e o processo de colonização da

América, passa a estabelecer uma ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, conectando pela primeira vez na história todos os circuitos mundiais até então existentes e lançando os alicerces do que viria a ser o moderno sistema-mundo (Mignolo, 2003; 2005; 2007).

Acompanhando a emergência do circuito comercial do Atlântico, estrutura-se, ainda, uma profunda transformação no imaginário global das civilizações daquele período. Pela primeira vez na História, uma visão total do que seria o planeta torna-se disponível. E, também como fato inédito, a Europa passa a ocupar um lugar central neste imaginário de mundo (Mignolo, 2003).

Figura III



É neste cenário de grandes mudanças que são lançadas as bases da formação do sistema-mundial moderno. Os circuitos comerciais de todas as regiões do planeta estão, pela primeira vez, conectados e uma nova concepção global do mundo passa a estar disponível. Um novo padrão de poder mundial começa a se constituir centrado na Europa e não mais na China.

Nesse novo desenho de forças que se inaugura, a conquista da América exerce um papel-chave, motivo pelo qual Quijano e Wallerstein (1992: 549 apud Mignolo, 2003:84) em já conhecida argumentação, afirmam que a constituição da América enquanto uma região sob controle europeu teve importância decisiva na formação do sistema-mundial moderno e na própria formação da economia capitalista. Sem América, nos dizem os autores, não haveria sistema capitalista mundial.

Deste ponto de vista, ao contrário do que estamos acostumados a imaginar, a América exerceu um papel decisivo no processo de formação do sistema-mundo moderno. É apenas a partir do surgimento da América que a Europa se afirma como centro geopolítico do mundo. Sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo (Porto-Gonçalves, 2003).

Observa-se, assim, que o colonialismo, relação estruturada em torno do controle político e econômico metrópole-colônia, encontra-se na base do novo padrão de poder que se inaugura. E como afirma Moraes (2008), “a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na submissão dos poderes eventualmente defrontados” (Moraes, 2008:65).

Desta forma, é no violento processo de dominação e exploração da América que se localiza um dos principais fatores da profunda transformação que o cenário mundial sofre em finais do século XV e início do século XVI. O extermínio de populações inteiras, a escravidão, a servidão, a (des)possessão de terras, a exploração das riquezas naturais, encontram-se nos fundamentos das relações sociais e de poder que instituem América, Europa e o sistema-mundo moderno que se ergue.

No entanto, como nos recorda Franz Fanon (1965), não é possível entender o colonialismo apenas a partir dos aparatos militares e administrativos que engendram a dominação física de algumas populações e territórios. O colonialismo deve ser entendido também a partir dos discursos de inferiorização dos colonizados. Inferiorização imposta pelo colonizador e incorporada e reproduzida nos próprios referenciais culturais do colonizado. Logicamente, nos diz Fanon, “não é possível submeter à servidão aos homens sem inferiorizá-los parte por parte.” Nesta acepção, o autor nos evidencia o profundo vínculo entre colonialismo e racismo, pois “o racismo não é mais que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização” (Fanon, 1965: 48).

América, Colonialismo e Colonialidade

Quijano (2000) destaca que as relações sociais e de poder que erguem o sistema-mundo moderno e produzem a América enquanto território sob domínio europeu se estruturam em torno de dois eixos fundamentais: a classificação da população mundial a partir da idéia de raça e a articulação de todas as formas de controle do trabalho.

Considerado em seu sentido mais amplo, os processos de classificação social encontram-se intimamente relacionados com a questão do poder na sociedade, pois se referem aos lugares e às posições que indivíduos e grupos sociais ocupam (ou devem ocupar) no controle das

dimensões básicas da existência social. As classificações sociais não são atributos naturais ou biológicos já dados pela realidade, mas construções históricas que, erguidas nas relações sociais, naturalizam-se no próprio processo de reprodução e manutenção de um determinado padrão de poder. Não determinam os indivíduos e grupos sociais, mas os fazem, na mesma medida em que também por eles são refeitas (Quijano, 2000). Considerando essa acepção mais abrangente, é que, em uma dimensão mais restrita, o autor irá compreender a noção de classificação racial da população mundial.

A partir, então, da conquista da América, continua Quijano, trabalho, raça e gênero se articulam como os três eixos principais de classificação social do novo padrão mundial de poder. As diferenças fenotípicas, como por exemplo, a cor da pele, a forma e cor do cabelo, dos olhos, do nariz, começam a ser utilizadas no processo de colonização como forma de diferenciar conquistadores e conquistados, europeus e não-europeus, estabelecendo, assim, uma relação de superioridade e inferioridade pautada nas distintas estruturas biológicas de cada grupo social e criando supostas gradações de seres humanos. Assim, são criadas identidades sociais até então não existentes, como índio, negro e mestiço. Designações que, como sabemos, homogeneizaram em um único termo, uma imensa diversidade de povos, como é o caso das culturas Inca, Maia, Asteca, Zapoteca, Guarani, Quéchua, Aimara, Banto entre tantas outras que tiveram suas diferenças reduzidas a uma única categoria social (Porto-Gonçalves, 2003). É com a invenção eurocêntrica da América, portanto, que surge o conceito de raça; maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela conquista e estabelecer o controle europeu sobre todas as formas de subjetividade, cultura, e produção do conhecimento (Quijano, 2005). Nenhum dos habitantes do continente que conhecemos como África jamais se chamou de negro, assim como os europeus até então jamais haviam se chamado de branco. A distinção/discriminação das pessoas com a noção pseudo-científica de raça é parte de um sistema de poder mundial que nos habita até hoje. Assim, embora a raça não exista como conceito científico, o racismo existe como fenômeno social real. Os negros e os povos originários que o digam e, costumam dizer com a força de um conhecimento que não é só conhecimento, mas conhecimento com sentimento na medida em que o racismo não é simplesmente uma idéia, mas prática cotidianamente sofrida.

Contudo, é importante destacar que enquanto matriz classificatória, o racismo é mais amplo que a categorização do ser humano a partir de suas características físicas e se desdobra em todos os planos da existência social, como a religião, a língua e as classificações geopolíticas do mundo. Como afirma Mignolo, “a categorização racial não consiste simplesmente em dizer ‘és negro ou índio, portanto, és inferior’, mas sim dizer ‘não és como eu, portanto, és inferior’” (2007: 41-43).

No processo de constituição da América, afirma Quijano (2005), pela primeira vez na história todas as formas de controle e de exploração do trabalho conhecidas passam a estar articuladas em torno da relação capital-salário e do mercado mundial. A escravidão, a servidão, a pequena

produção mercantil, a reciprocidade e o trabalho assalariado passam a estar articuladas em função do capital, constituindo o conjunto de relações de produção que formam o sistema capitalista emergente.

Aos poucos, as identidades sociais inventadas pela classificação racial da população mundial associam-se ao lugar que estes grupos passam a ocupar na divisão do trabalho. Os índios, portanto, passam a estar associados à estrutura social da servidão, os negros à escravidão e o europeu ao trabalho assalariado. Assim, o trabalho não-pago passa a estar vinculado às “raças” dominadas, posicionadas como inferiores, e o trabalho assalariado aos brancos, aos europeus (Quijano, 2005).

Neste mesmo processo, os territórios e organizações políticas de base territorial foram sendo classificados de acordo com a suposta posição “racial” em que seus habitantes eram situados. Desta classificação se estruturou a articulação e a assimetria de poder entre Europa, América, África e Ásia, fato que facilitou a naturalização do controle europeu sobre estes territórios e fez estas identidades geográficas vigorarem no imaginário social das pessoas até os dias de hoje mais como resultado de uma expressão da natureza do que da história de poder do planeta (Quijano, 2000).

A partir da idéia de raça, portanto, se instituem um conjunto de relações de poder que hierarquizam os lugares e suas gentes, classificando-os de acordo com um suposto grau de evolução e desenvolvimento societário “num *continuum* linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização” (Porto-Gonçalves, 2002: 218). Logo se observa, os parâmetros de modelo civilizatório e de classificação das populações são dados por aqueles que estão em uma posição de poder para decidir onde uma cultura se localiza em relação aos próprios referenciais de mundo de quem as classificou (Mignolo, 2007).

Esta idéia de raça associada à classificação da população mundial surge, por exemplo, nos escritos de Bartolomeu de Las Casas que datam do século XVI. Preocupado em definir em que estágio de desenvolvimento societário estariam inseridos os índios do “Novo Mundo”, Las Casas estabelece diferentes níveis de desenvolvimento humano tendo como referência seu próprio universo cultural e a distância ou proximidade de outros povos e culturas em relação a este modelo. Assim, cria e identifica quatro diferentes classes de “bárbaros” baseando-se em critérios como o domínio da escrita alfabética, o sistema de governabilidade e a língua de um povo (Mignolo, 2007).

Nestes termos, alguns povos e grupos sociais acabam por ser identificados fora da categoria de seres humanos, são descartáveis, prescindíveis e não formam parte da história, ou são rotulados como seres humanos de segunda classe, como no caso dos índios e dos escravos africanos (Mignolo, 2007). Para Maldonado-Torres (2007), são povos e grupos sociais sob permanente suspeita e dúvida a respeito de sua qualidade de humanos.

A este padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social, e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante, Quijano (2005) denominou colonialidade do poder. Para o autor, a colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles européias sobre suas colônias, expressa, mais que isto, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo (Quijano, 2000; 2005; Escobar, 2003; Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007; e Maldonado-Torres, 2007).

Desta forma, o sistema mundo moderno que se forma a partir da conquista da América em 1492 – e às custas dessa conquista – configura-se, em verdade, como uma sistema mundial moderno-colonial, expressão criada com o objetivo de designar a contraface colonial constituinte da modernidade e do sistema-mundo moderno (Quijano, 2005). Omitir o lado colonial do sistema mundo é olvidarmos do caráter colonial da modernidade. Quando se pensa em modernizar a Amazônia, por exemplo, a idéia de colonizá-la está subjacente.

Se usualmente as interpretações predominantes sobre a modernidade demarcam seu início e consolidação a partir de acontecimentos intra-europeus como a Reforma, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, fenômenos situados nos séculos XVII e XVIII e em países da Europa do Norte, sobretudo, Inglaterra, Alemanha e França, na perspectiva de autores como Enrique Dussel, estes eventos históricos são precedidos por uma primeira modernidade situada nos séculos XV e XVI em torno da formação do sistema-mundo e da conquista e colonização da América, processos inaugurados por Espanha e Portugal. Nestes termos, Enrique Dussel afirmará que o *ego cogito* moderno foi precedido pelo *ego conquiró* (eu conquisto), protagonizado pelo colonizador europeu dos séculos XV e XVI (Dussel, 2000; Escobar, 2003; Maldonado-Torres, 2007). América é compreendida, assim, como parte constitutiva da modernidade, uma exterioridade que lhe é interior.

Neste sentido, não há como compreender a modernidade como um fenômeno essencialmente europeu, mas sim como um processo inserido na própria constituição do sistema-mundo moderno-colonial e na assimétrica relação que Europa instituiu com outras regiões do planeta. É o que nos indica Porto-Gonçalves (2006), quando sinaliza que “o açúcar, principal mercadoria manufaturada nos séculos XVI e XVII, era produzido nos mais modernos engenhos de produção até então construídos e que não estavam na Europa, mas, sim, no Brasil, em Cuba, no Haiti. Somos modernos há 500 anos”, conclui o autor (Porto-Gonçalves, 2006: 153). Ou, ainda, como afirma Doreen Massey (2004), sendo o espaço um produto de inter-relações, “a ‘verdadeira’ xícara de chá inglesa dependeu, para seu aparecimento, de

um colonialismo que se estendia da escravidão do açúcar no Caribe à Companhia das Índias Orientais e às guerras do ópio na China” (Massey, 2004:17). O genocídio e a escravidão, a servidão e a violência, a opressão e o saqueio são, assim, parte constitutiva da modernidade, seu lado oculto, sua colonialidade. Considerar o sistema mundo como moderno-colonial é deixar que o espaço fale, haja vista que é o espaço-mundo como um todo que se conforma e não o mundo visto como se fosse estágios distintos da Europa e, assim, um evolucionismo em que os lugares/as regiões do mundo são silenciados.

A latinidade da América Latina

Comumente nos referimos ao conceito de América Latina como um mero recorte geográfico estabelecido a partir de uma suposta unidade cultural e lingüística dos países que conformam esta região. Entretanto, o conceito de América Latina guarda uma forte dimensão política e estratégica. Este conteúdo político, mormente caracterizado por tom racial e pejorativo produtor de formas de desrespeito e de inferiorização do Outro, apesar de aparentemente ausente do sentido como o conceito é empregado nos dias de hoje, não deixa de constituí-lo e, portanto, de ser também um fator de ação no mundo.

A concepção de uma América Latina surge de uma apropriação criativa que intelectuais de origem hispânica nascidos na América fazem da divisão entre Latinos e Anglo-Saxões que marcou os conflitos entre as potências do continente europeu no século XIX.

O conceito de América Latina derivou da noção de *latinidade*, expressão elaborada na França como forma de rivalizar com Inglaterra e Alemanha com/contra a hegemonia na Europa (Mignolo, 2007). Michel Chevalier (1806-1879), intelectual francês de grande influência na Europa, foi uma importante figura política no processo de afirmação do conceito de *latinidade* e um dos grandes ideólogos da burguesia em ascensão na França. Em 1836, Chevalier publicou o livro *Cartas sobre América do Norte*, um trabalho que relatava sua visita aos Estados Unidos em 1833. Segundo Chevalier, a Europa seria formada por países de origem latina e países de origem teutônica. Os países latinos, localizados ao sul, representados por Portugal, Espanha, Itália e França, seriam de formação católica. Os países teutônicos, ao norte, incluindo Inglaterra, seriam de formação protestante. Este par de oposições entre católicos (latinos) e protestantes (Anglo-Saxões) marcou a geopolítica europeia e produziu repercussões na América.

O termo latim, lembra-nos Feres Júnior (2005), originalmente refere-se à língua falada no Lácio, região do centro-oeste da Itália incorporada a Roma no século 3º a.c.. A partir do processo de expansão do império romano, a língua latina foi sendo imposta aos povos europeus que iam sendo conquistados e o longo período de dominação e ocupação territorial deu origem às línguas neolatinas. O termo Anglo-Saxão, por sua vez, surge do

processo de invasão que os povos anglos, saxões e jutos realizaram na Inglaterra após a saída das legiões romanas. A origem lingüística destes povos remete-se ao dialeto germânico/teutônico, língua que também foi imposta às populações conquistadas. Essas duas principais matrizes de formação da Europa moderna serão evocadas como discurso geopolítico na disputa entre os países europeus em ascensão no século XIX.

A partir da segunda metade do século XIX, é forjada e estabelecida uma nova configuração de forças no cenário mundial. Portugal e Espanha já não possuíam o mesmo vigor e liderança dos séculos XV e XVI e estavam em decadência. França e Inglaterra se consolidavam como as duas principais potências imperiais da Europa e os Estados Unidos intensificavam seus projetos expansionistas expresso, sobretudo, na conhecida doutrina do Destino Manifesto (Mignolo, 2003).

Neste contexto, segundo Mignolo (2007), o conceito de América Latina surge associado com a noção de “latinidade”, uma forma encontrada pelos franceses de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América, ao mesmo tempo em que confrontavam a franca expansão dos Estados Unidos. Não podemos esquecer, entretanto, que a França havia apoiado a luta de independência dos Estados Unidos (1776), até porque isso ajudava a debilitar o império inglês seu inimigo na Europa. Até mesmo uma estátua, a da Liberdade, foi ofertada pelos franceses aos estadunidenses, além de facilitarem a venda da Louisiana. Os Estados Unidos, por seu turno, não deixaram de apoiar as posições francesas na luta contra a independência no Haiti. Todavia, desde a Doutrina Monroe (1823), que o Destino Manifesto começa a evidenciar a agressividade do processo expansionista norte-americano. A partir de então, a designação “latina”, explica Mignolo: “foi introduzida pela intelectualidade política francesa e usada na época para traçar as fronteiras, tanto na Europa, como nas Américas, entre anglo-saxônicos e latinos” (Mignolo, 2003:59).

Feres Júnior (2005) nos traz mais alguns detalhes sobre o contexto político em que a expressão América Latina foi criada. Segundo o autor, na França de Napoleão III (1852-1870), florescia o panlatinismo, doutrina que apregoava a unidade dos povos de raça latina sob liderança e vanguarda francesa. Assim, na concepção de ideólogos como Michael Chevalier, cabia à França a responsabilidade de reconduzir, frente aos povos germânicos e anglo-saxões, as nações latinas ao lugar de principais protagonistas da história da civilização humana (Feres Júnior, 2005).

Neste período, fervilhava no continente europeu o movimento filosófico e literário do romantismo, ambiente cultural que favoreceu o surgimento de ideologias nacionalistas a partir da concepção romântica de que a unidade política do Estado é precedida pela unidade lingüística, racial e consuetudinária do povo. Nestes termos, raça, língua e costumes passavam a ser evocados para justificar o controle político de determinados grupos sobre outros. Não por acaso, o adjetivo *latine* foi recorrentemente

utilizado no discurso do panlatinismo em associação com o termo *race*, *race latine*, possível embrião de uma concepção de América Latina (Feres Júnior, 2005).

É neste cenário de apelo nacionalista, que o panlatinismo de Chevalier e Napoleão III é arquitetado, configurando-se, em verdade, como um projeto imperialista francês que incluía a submissão das ex-colônias ibéricas do continente americano. Todavia, se a expressão *race latine* surge com o panlatinismo, o conceito de América Latina, propriamente dito é formulado pela primeira vez por José Maria Torres de Caicedo, jornalista e poeta colombiano (Feres Júnior, 2005).

Caicedo viveu praticamente toda sua vida adulta em Paris, mas conservava vínculos com sua terra natal. Diante do expansionismo territorial dos EUA, defendeu a formação de uma confederação de repúblicas latino-americanas e a base desta união estaria na herança latina comum a estes povos. No poema *Las dos Americas* de Caicedo, publicado no ano de 1856, em Veneza, encontra-se o primeiro registro do uso da expressão América Latina.

Mas aislados se encuentran, desunidos,
Esos pueblos nacidos para aliarse:
La unión es su deber, su ley amarse:
Igual origen tienen y misión;
La raza de la América latina,
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ya amenaza
Su libertad destruir y su pendón.²

As preocupações de Caicedo, no entanto, pouco tinham relação com os interesses domésticos franceses, seus escritos eram endereçados as comunidades de língua espanhola na Europa e na América, e seus projetos de articulação política não explicitavam qualquer participação francesa. Foi nestes termos que criou a **Sociedad Latinoamericana Científico-Literaria**, em 1868, e a **Sociedad de la Unión Latinoamericana**, em 1879, ambos projetos que logo fracassaram (Feres Júnior, 2005). Assim, a partir de um debate colocado em outro contexto geopolítico, Caicedo produz uma apropriação criativa da latinidade ao imprimir um sentido antiimperialista à expressão e desvinculado dos interesses napoleônicos.

Segundo Feres Júnior (2005), tanto em sua versão francesa, como em sua versão espanhola, o termo América Latina foi utilizado como discurso de combate à expansão dos Estados Unidos. A distinção entre Latino e Anglo-Saxão, constituía o caráter essencial destes projetos. No caso francês, no entanto, essa diferenciação foi fortemente articulada a partir do conceito de raça e o termo América Latina expressava não apenas uma contraposição ao expansionismo norte-americano, mas delineava também as ambiciosas pretensões imperialistas da França monárquica (Feres Júnior, 2005).

Por outro lado, na perspectiva dos países da Europa do Norte e, posteriormente, dos Estados Unidos, esses termos serviram para demarcar justamente o contrário, ou seja, a idéia de uma superioridade da “raça anglo-saxã”.

No século XVI, em razão das disputas religiosas e do grande poder que a Coroa Espanhola possuía na Europa daquela época, ampliando seus domínios territoriais e inspirando terror com suas forças armadas, forjou-se na Grã-Bretanha e em muitos países europeus um forte sentimento anti-espanhol, fato que tornou comum, na língua inglesa, expressões e referências pejorativas a tudo que estivesse de alguma forma relacionado às coisas espanholas. Esse sentimento anti-espanhol, conhecido como Lenda Negra, atravessou o Atlântico com os colonos ingleses e vicejou nos Estados Unidos.

Neste novo contexto, as colônias espanholas da América também passaram a ser objeto de um vigoroso sentimento de desprezo e rejeição, mesmo depois de tornarem-se repúblicas independentes. Formulações como a da incompatibilidade entre a religião católica e governos livres eram comuns entre muitos políticos, inclusive Thomas Jefferson. Adjetivos pejorativos que faziam referência ao estilo de vida, hábitos e costumes dos hispano-americanos, adquiriram força e passaram a estar presentes nos discursos de muitos governantes americanos, sobretudo, a partir das políticas expansionistas dos Estados Unidos, como ocorreu no caso da anexação do Texas e da posterior guerra contra o México (1845-1848), período em que adquiriu tons racistas mais evidentes (Feres Júnior, 2005). Foi partindo desse contexto, que, na língua americana, foram formuladas a expressão *spanish american* e, posteriormente, a expressão *Latin America*, ambas com fortes traços racistas. Como bem assinala Walter Mignolo, a Lenda Negra foi uma estratégia britânica de domínio da economia do Atlântico frente ao Império Espanhol, e configurou-se, portanto, como parte de uma disputa entre impérios europeus pelas riquezas do mundo, originando uma diferença imperial que, posteriormente, estaria no cerne da formulação do conceito de América Latina (Mignolo, 2007).

Nos Estados Unidos, a doutrina expansionista do Destino Manifesto (1823), esteve fortemente arraigada nesta concepção pejorativa em relação aos espanhóis. De acordo com Feres Júnior (2005), o Destino Manifesto configurou-se como uma das variantes mais radicais do nacionalismo americano. Toda sua estrutura discursiva foi erguida em torno da premissa de que os americanos anglo-saxões seriam a raça escolhida pela força divina para conduzir a história da humanidade. Assim, com o Destino Manifesto, ganha maior vigor o forte sentimento anti-espanhol já presente nos Estados Unidos desde a chegada dos primeiros colonos ingleses.

A doutrina do Destino Manifesto torna-se, deste modo, um dos principais instrumentos retóricos de legitimação e justificação da guerra contra o México, conflito que resultou na anexação por parte dos EUA de uma área do território mexicano correspondente, hoje, aos estados da Califórnia, Novo México, Utah, Nevada, Arizona e Colorado (Feres Júnior, 2005). A expressão foi utilizada pela primeira vez por John O’Sullivan, jornalista e ativista político que defendia

fervorosamente o expansionismo americano. Suas argüições, assim como a de outros políticos americanos da época, são marcadas por forte conteúdo racista. Nesses discursos, a raça anglófona e teutônica é identificada sempre como superior e, assim, posicionando todos aqueles que a ela não pertencem, como inferiores e subalternos. Neste contexto, os estadunidenses encontram a justificativa moral para exercer seu expansionismo enfrentando a Espanha monárquica a partir da conquista de suas colônias como Cuba, Porto Rico, Filipinas e ilhas de Guam (Feres Júnior, 2005), essas últimas no Pacífico e que mais tarde seriam base para a tomada das Filipinas.

Desta forma, na língua inglesa o conceito de *Latin America* abriu como horizonte de expectativa formas de desrespeito vinculadas a aspectos culturais, temporais e raciais, uma vez que a raça teutônica é identificada como sendo superior e mais avançada em relação a um “Outro” não-reconhecido, classificado como inferior e atrasado. Localizando o “Outro” espanhol e latino-americano como inferior, o “Eu” norte-americano, teutônico relacionalmente afirmava-se como sendo superior.

Tendo essas reflexões em vista, podemos compreender parte das nuances geopolíticas e de formas de desrespeito que envolve a formulação do conceito de América Latina. A divisão da América em Latina, ao sul, e Anglo-Saxã, ao norte, como se vê, encontra-se relacionada, em grande medida, às contradições dos desenhos imperiais traçados pelas potências européias sobre as colônias em processo de independência e às resistências que no interior dessas relações sociais e de poder foram engendradas a partir da América que se autodenominaria Latina. Na perspectiva francesa, o conceito de América Latina abriu como horizonte de expectativa a legitimação do projeto imperial de Napoleão III. Pelo lado dos Estados Unidos, houve uma apropriação no sentido de desqualificação e inferiorização do latino (Espanha) e do latino-americano como maneira de justificar seu expansionismo. Ambas as visões são erguidas a partir de formas de desrespeito do Outro, formas de desrespeito onde a dimensão racial surge como forte componente de não-reconhecimento do Outro. Por parte de Caicedo e outros intelectuais de origem hispânica nascidos na América, à expressão ganharia sentido enquanto resistência antiimperialista. Todavia, resta-nos analisar que outros horizontes de expectativa foram erguidos a partir da apropriação do conceito pela elite **criolla** ibero-americana.

Elite criolla, “latinidade” e colonialismo interno

“Último día del despotismo y primero de lo mismo”.

Escrito encontrado numa parede de Quito, Equador, no dia seguinte à independência.

Os processos de conquista e colonização da América produziram formas de falar “fora do lugar”, pois, por um lado, romperam os laços tecidos durante séculos entre população indígena e seus mundos de vida e, por

outro, colocaram os espanhóis diante de uma realidade completamente nova e distinta da qual estavam habituados (Mignolo 2003, 2007).

Os processos de independência nas colônias espanholas no século XIX, entretanto, colocaram a elite **criolla** – espanhóis nascidos na América – diante da necessidade de inventar-se a si mesma, desenhando e construindo uma territorialidade que lhe fosse própria. Neste contexto, adotaram a **latinidade** como uma designação de pertencimento e autodeterminação, onde a França constituía o ideal mirado e almejado de civilização. Desta forma, ao mesmo tempo em que negavam o passado colonial espanhol e português, imaginavam-se como pertencendo à modernidade europeia. É nestes termos que Mignolo (2007) afirma que **América Latina** não é um subcontinente, mas um projeto político das elites **criollas**.

Assim, a partir da afirmação de uma unidade continental e de uma identidade regional latino-americana, a elite **criolla** em ascensão ao mesmo tempo em que marca sua ruptura política com Europa, mantém sua dependência subjetiva com o modelo de sociedade europeu. Afirmam um processo de negação da Europa, sem negar, no entanto, sua “europeidade”, ou seja, os modos de vida, costumes, hábitos, visão de mundo e projetos de sociedade europeus. Conflagram sua ruptura com a metrópole justamente por compreenderem que não são reconhecidos como europeus, mas, em verdade, continuam desejando ser. Compreendem a experiência e condição colonial que os conformam, mas não são capazes de deixar de reproduzi-la. Rompem com o colonialismo, mas não com a colonialidade. Deste modo, afirmam sua “americanidade” sem deixarem de ser europeus e, ao mesmo tempo, demarcam sua diferença em relação aos ameríndios e aos afro-americanos, uma vez que estes, de maneira alguma, teriam como se sentir ou se perceberem europeus, mesmo que marginalmente. Nestes termos, a consciência *criolla* em relação às suas metrópoles se constitui como uma contraposição política, mas, do ponto de vista racial, mantém, no âmbito da escala nacional, as mesmas clivagens do sistema-mundo moderno-colonial (Mignolo, 2005).

Assim, o conceito de América Latina foi utilizado tanto para marcar uma continuidade com o modelo de civilização europeu no continente, como para reproduzir a exclusão de povos e culturas que, no período colonial, estavam localizados fora do modelo de humanidade desenhado pela colonialidade do poder.

Nesse momento, “América Latina” foi o nome eleito para denominar a restauração da “civilização” da Europa meridional, católica e latina na América do Sul e, ao mesmo tempo, reproduzir as ausências (dos índios e dos africanos) do primeiro período colonial. [...] O fato de que fora a latinidade, e não a indianidade e a africanidade, a que se impôs como o nome do subcontinente tem simplesmente que ver com a circunstância que os que contaram a história eram descendentes de europeus e se identificaram com o sul de Europa e fundamentalmente com a França (Mignolo, 2007:81;205).

No processo de reorganização do sistema-mundo moderno-colonial e de realocação da América no contexto das disputas imperiais, a própria toponímia de muitos países latino-americanos que se formavam parece evidenciar a dimensão de colonialidade que atravessará o processo de constituição dos Estados-Nações no continente. De maneira similar ao adjetivo “latina”, os nomes de muitos países da região ao mesmo tempo em que se referenciam em signos e símbolos ao colonizador e ao modelo de civilização europeu, excluem a possibilidade de participação de negros e índios no processo de formação dos Estados Nacionais. Em sua versão mais conhecida, por exemplo, a etimologia da palavra Venezuela significa pequena Veneza, fazendo alusão, portanto, à cidade italiana. E Colômbia, por sua vez, vem a significar terra de Cristovão Colombo (Otero, 2006). Uma breve análise das toponímias dos países latino-americanos certamente poderia revelar a dimensão de colonialidade presente internamente em suas formações nacionais, caracterizando o que o sociólogo mexicano Pablo Gonzalez Casanova (2007) veio a denominar como colonialismo interno. Para Mignolo (2003, 2005, 2007) o colonialismo interno se efetiva, justamente, com a reprodução da colonialidade do poder no âmbito dos Estados Nacionais em formação. Este é um dos principais horizontes de expectativas que o conceito de América Latina ergue a partir de sua apropriação pela elite *criolla* de origem hispânica e portuguesa.

Assim, neste cenário marcado por um entrecruzamento de interesses de influências dos desenhos imperiais franceses com as histórias locais das elites *criollas*, Mignolo (2007) destaca que o conceito de América Latina não se refere a uma realidade fixa e preexistente onde os fatos e acontecimentos se dão. Para o autor, o surgimento do conceito de América Latina efetiva-se como um componente geopolítico de reorganização da colonialidade do poder no sistema mundo e da própria construção da idéia de modernidade. É no momento em que os processos de independência dos países sul-americanos começam a ocorrer e que a Península Ibérica encontra-se em decadência e fora da idéia de modernidade, que o conceito de América Latina é formulado e utilizado dentro da disputa de interesses geopolíticos mundiais em articulação com interesses locais.

A colonialidade e os desafios da integração: o caso da IIRSA

Vimos como a expressão América Latina foi sendo forjada, indicando aqueles que ao afirmarem esse nome se afirmavam politicamente e silenciavam outros grupos sociais, sobretudo camponeses pobres, afro-americanos e os povos originários. Filhos de europeus nascidos fora da Europa, as elites **criollas** continuaram querendo ser européias, tal como hoje se quer ser de primeiro mundo. A colonialidade, como vimos, não se esgota com o fim do colonialismo, perdura ao longo da história arraigada nos esquemas culturais e nas relações sociais e de poder, conformando a organização sócio-espacial de países e regiões.

É o que ainda vemos nos dias de hoje com as políticas e projetos de integração regional na América Latina que reproduzem a lógica da colonialidade do poder e do saber no continente. É o que podemos constatar na atual Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

O projeto da IIRSA foi organizado em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, interligando a América do Sul do Atlântico ao Pacífico com estradas, hidrovias e ferrovias, redes de comunicação, portos, aeroportos e construção de barragens hidrelétricas e integração energética. Sua proposição é estabelecida dentro de um novo cenário geopolítico e econômico onde a Ásia, e a China em particular, passam a desempenhar importante centralidade. Neste contexto, a interconexão física do continente insere-se como estratégia de resposta às novas e crescentes demandas asiáticas *por commodities*. Pode ser citado como um exemplo destes projetos de infra-estrutura regional ora em curso, a Transoceânica, rodovia recém concluída que atravessa a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes até alcançar o litoral peruano para constituir um corredor de *commodities* dos produtos brasileiros para o mercado asiático (Melo, 2011).

A origem da IIRSA, como uma estratégia de integração física da América do Sul capaz de inserir a região competitivamente na economia mundial, remonta a década de 1990, quando foram formulados no Brasil os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID). A criação destes Eixos de Integração tinha por principais objetivos: a construção de um sistema integrado de logística capaz de promover a competitividade dos produtos brasileiros; a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul. Assim, os Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal foram estabelecidos a partir da noção de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, em programas como: *Brasil em Ação* (1996-1999), *Avança Brasil* (2000-2003) e *Brasil de Todos* (2004-2007), que tiveram como destaque obras de infra-estrutura para integração física do país, como a recuperação e construção de rodovias, a construção de hidrovias, instalação de gasodutos, entre outros.

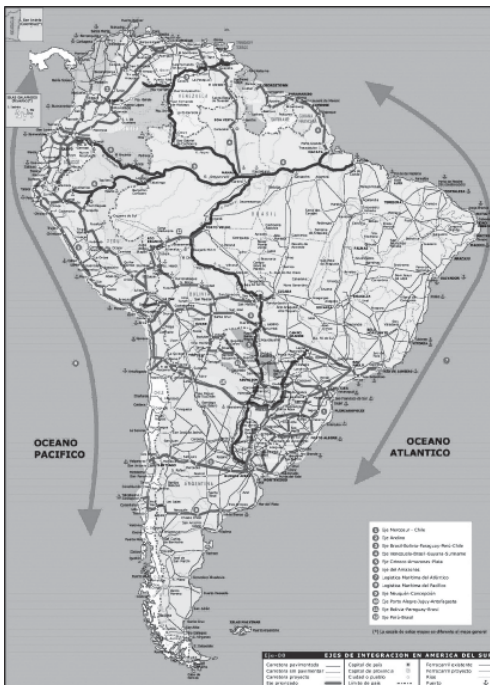
A formulação da IIRSA segue em grande medida a experiência brasileira dos ENID, tendo por principal objetivo resolver o problema da fragmentação da infra-estrutura física da América do Sul, uma vez que este seria um dos principais entraves para uma inserção mais competitiva da economia sul-americana no cenário internacional. A causa desta fragmentação da estrutura física do continente estaria ligada, sobretudo, a falta de uma visão abrangente da América do Sul, que estaria sendo compreendida muito mais como um conjunto de países apartados entre si do que como uma unidade geoeconômica. Desta maneira, como forma de superar esse problema da fragmentação, definiu-se uma estratégia de ação conjunta entre os 12 países da região, denominada de IIRSA (Verdum, 2007). Assim, um dos princípios norteadores da IIRSA é o chamado *Regionalismo aberto*, concepção que aponta justamente para a necessidade de redução das barreiras internas ao comércio, os gargalos na infra-estrutura e nos sistemas de regulação e operação (IIRSA, Documentos Oficiais).

A IIRSA é composta por 10 Eixos de desenvolvimento: o **Eixo Andino**,

que atravessa e interliga Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia; o **Eixo Andino do Sul**, localizado na fronteira da Argentina com o Chile; o **Eixo de Capricórnio**, ligando Chile, Argentina, Paraguai e Brasil; o **Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná**, ligando Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai; o **Eixo do Amazonas**, interconectando Colômbia, Peru, Equador e Brasil; o **Eixo dos Escudos das Guianas**, conectando Venezuela, Guiana, Suriname e o extremo norte do Brasil; o **Eixo do Sul**, que corresponde a um corredor de integração conectando o Sul do Chile e da Argentina; e o **Eixo Interoceânico Central**, ligando o sudeste brasileiro, Paraguai Bolívia, norte do Chile e sul do Peru; o **Eixo Mercosul-Chile**, conectando Brasil, Argentina, Uruguai e Chile; e o **Eixo Brasil-Peru-Bolívia**. De um modo geral, o principal objetivo desses eixos é estabelecer corredores de desenvolvimento interligando a América do Sul do Atlântico ao Pacífico, a partir da construção de estradas, hidrovias e ferrovias, redes de comunicação, portos, aeroportos e construção de barragens hidrelétricas e integração energética.

Entre os principais agentes financiadores das obras e projetos da IIRSA podemos destacar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Figura IV



Entretanto, esses processos de construção de infra-estrutura para a região têm sido marcados por uma lógica territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como sendo “vazios demográficos”. Essa concepção oculta o fato de que muitas dessas áreas não apenas são ricas em biodiversidade como também são ocupadas por uma grande diversidade de populações. Nesse sentido, tem sido dominante uma visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades as mais diversas tem seus territórios e suas vidas concebidas como sendo prescindíveis. Não por acaso, a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de inúmeros conflitos territoriais, tem sido recorrente na execução dos empreendimentos de integração de infra-estrutura regional ora em curso.

No pronunciamento de Carlos Lessa, então presidente do BNDES, em 2003, é possível constatar a concepção de desenvolvimento e modernidade que tem predominado em projetos de integração como os da IIRSA.

Eu insisti muito para que o projeto Rio Madeira fosse apresentado nesse seminário (...) esse projeto era, da carteira dos nossos projetos, o que tinha mais o sentido da conquista do Oeste, o sentido da construção no interior do continente de um espaço de prosperidade e de um espaço articulado de expansão.

Eu não sei se a energia dessas usinas será para Manaus, se irá numa ou noutra direção, mas estou absolutamente certo de que 4,8 mil quilômetros de aquedutos – 30 milhões de hectares de terras no Brasil, na Bolívia e Peru abertos à produção – representam para a história do continente um movimento em pequena escala do que foi a ocupação do velho oeste do continente norte-americano. Eu acho que é um gesto, um projeto que tem este significado de pôr a modernidade sul-americana na *hinterlândia* ainda não ocupada (Lessa apud Carvalho: 2004: 46, grifos nossos).

O uso de expressões como “conquista do oeste” e “*hinterlândia* ainda não ocupada” atualiza mitos coloniais na medida em que concebe áreas do espaço geográfico latinoamericano como sendo um “vazio demográfico”. Neste sentido, tratando-se de espaços vazios ou não ocupados, a implementação e execução de grandes projetos de desenvolvimento encontra-se justificada. Assim, os maiores desafios para integração passam a ser os obstáculos naturais que cabe à engenharia resolver (cordilheira dos Andes, “selva amazônica”, rio Amazonas, Pantanal, entre outros). Como também expressou Carlos Lessa: “A cordilheira dos Andes é certamente uma beleza, mas é um terrível problema de engenharia” (Lessa apud Carvalho, 2004: 22). Entretanto, nessas áreas ditas “vazias” vivem vários grupos sociais que conformam múltiplas territorialidades.

É esse mesmo raciocínio que está subjacente à análise de cientistas do ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

– que vêm dando subsídios aos agronegociantes e assessorando as políticas governamentais no setor³, e que nos dá um quadro (FIGURA V e VI) onde, ao mostrarem as terras e águas disponíveis no mundo para a expansão do *agribusiness*, situam o lugar privilegiado da América do Sul. Observando a FIGURA V, falam-nos de mais de 60 milhões de hectares “de terras disponíveis” no Brasil, aproximadamente 25 milhões na Argentina e cerca de 3 milhões na Colômbia. E o título da FIGURA VI – *Águas e Terras Disponíveis por País* – é sintomático do lugar de enunciação do discurso, haja vista o pressuposto de que são terras disponíveis. Disponíveis para quem?

Figura V

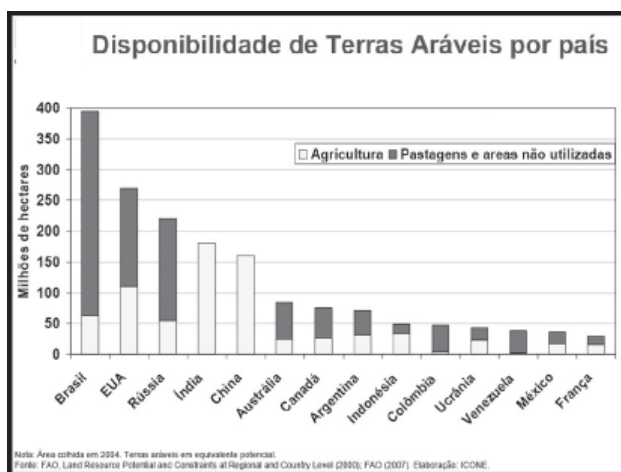
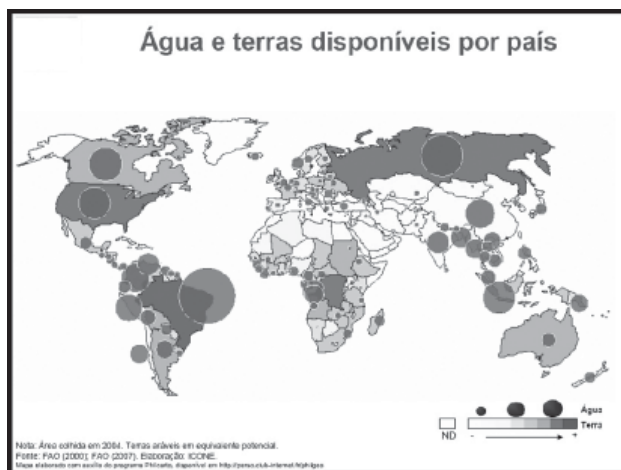


Figura VI



Como se pode observar nesse cenário, nenhuma região do mundo tem, simultaneamente, a mesma proporção de terras e águas “disponíveis” como a nossa. A América Latina, em particular a América do Sul, passa a ser objeto de atenção, muito embora pouco se fale que essas áreas estejam ocupadas e que são regiões ricas em biodiversidade. E atenção: o fato de a maior parte de nossos países ter uma estrutura fundiária com alta concentração de terras em poucas mãos acaba sendo um atrativo para os grandes investimentos das corporações transnacionais, tendo em vista que, com uma só operação de compra, podem adquirir grandes extensões de terras, o que dificilmente obteriam caso a terra fosse democraticamente distribuída. Por outro lado, a concentração de terras tende a acentuar a concentração de poder econômico e, com isso, as grandes redes logísticas da IIRSA podem estar servindo como vias de mão única, pois não sendo partilhada a renda, as importações tendem a não ser partilhadas por um número maior de interessados e, assim, o custo-Brasil ou o custo-América tem na concentração de riqueza sua principal razão e não simplesmente questões técnicas de gargalo logísticos em nome dos quais quase sempre se justificam essas grandes obras. E mais, não sendo vazias demograficamente essas áreas, os conflitos rebentarão por todo lado, conforme constatamos e veremos a seguir.

Com a reconfiguração geopolítica em curso, onde o império estadunidense deixa de ter a hegemonia que acreditava possuir desde a queda do muro de Berlim em 1989 e a China assume um lugar de destaque, a integração da América Latina, em particular a América do Sul, ganha outros contornos e possibilidades inéditas de, enfim, estabelecer relações de outro tipo, não mais de subordinação, com os EUA. Os gestores do capitalismo de Estado monopolista da China têm demonstrado as enormes vantagens do planejamento centralizado, o proveito dos grandes números e de uma mão de obra disciplinada e barata para manter taxas de acumulação e de crescimento suficientemente altas para proporcionar um aumento generalizado da demanda de matérias primas agrícolas e minerais que, como acusam os dados do nosso comércio exterior, vem ensejando a reprimarização da nossa pauta de exportações e, mais recentemente, atraindo investimentos diretos chineses.

Todavia, essa nova configuração geopolítica e geoeconômica, implica acentuar a disputa por condições naturais: terra/água/fotossíntese e minérios. Deste modo, tende a se agravar um quadro já grave de violência, sobretudo aquela ligada aos processos de conquista territorial que, como vimos, vem considerando nossa região como se fosse um espaço vazio de gente, como se as terras fossem disponíveis, cujos obstáculos fossem os que impedem a livre circulação - as “rugosidades” das cordilheiras, dos alagados, dos rios, das selvas - a serem superados pela engenharia, como disse Carlos Lessa, e conforme se pode ler nos documentos da IIRSA.

Nos últimos anos, sobretudo após 2003, temos assistido no Brasil a um aumento do número de conflitos no campo, do número de famílias envolvidas em conflitos, de famílias expulsas da terra e de famílias despe-

jadas. Têm sido freqüentes os conflitos em torno das obras do PAC⁴ que, como sabemos, fazem parte dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e estão articulados à IIRSA. E esses conflitos estão longe de se reduzirem a um conflito entre desenvolvimentistas e ambientalistas, como quase sempre costumam ser reduzidos. Neles estão implicados vários grupos sociais que conformam múltiplas territorialidades em tensão.

Em pesquisa realizada pelo LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da UFF – foram identificados ao longo dos 8 Eixos da IIRSA, num levantamento ainda exploratório, múltiplas ações de grupos sociais que defendem seus espaços que vêm sendo ameaçados pela expansão dessas obras e dos interesses que lhes acompanham. Neste levantamento foram identificados mais de 555 diferentes comunidades/povos/etnias indígenas, mais de 222 comunidades camponesas, mais de 115 comunidades de pescadores, mais de 199 comunidades quilombolas/cimarrones, mais de 45 comunidades de faxinalenses, mais de 61 organizações sociais, geralmente urbanas (sem-teto, moradores, desocupados, *piqueteros*), mais de 36 entidades ambientalistas territorializadas, além de mais de 70 grupos auto-designados como camponeses-indígenas, camponeses extrativistas, camponeses-mineiros, camponeses-quilombolas, *cocaleros*, mineiros, atingidos pela mineração, atingidos por barragens, seringueiros, marisqueiros, ribeirinhos, junqueiros, cipozeiros, caiçaras, afro-brasileiros, afro-bolivianos, afro-peruanos, afro-indígenas, *desplazados* e sem-teto, entre outras identidades/territorialidades. Enfim, mais de 900 territorialidades foram identificadas a partir de algum nível de mobilização ao longo dos oito eixos, o que nos indica o potencial de conflito ou o nível de conflitividade em torno da IIRSA.

Perspectivas da América do Sul diante da nova configuração geográfica mundial

A integração física nos marcos do livre comércio e da abertura externa tal e como vem sendo até aqui encaminhada tende a atualizar uma história de longa duração no limiar de um novo ciclo sistêmico multi-polarizado, onde a Ásia, a China principalmente, passa a ter um lugar de destaque, conforme já podemos identificar na nova geografia comercial dos países latino-americanos, sul-americanos. Por tudo que o Brasil significa nesse contexto latino-americano em termos de extensão territorial, de sua demografia e magnitude da sua economia, essa nova configuração geoeconômica, por nossa posição geográfica, tende a ter uma importância igualmente proporcional. Sendo o Brasil um país atlântico, vimo-nos até aqui diante de uma integração a um sistema mundo cujos diferentes ciclos foram, desde 1492, geograficamente situados no Atlântico.

A hegemonia estadunidense desde o século XIX ensejou tensões geopolíticas próprias na nossa região. À medida que, hoje, a Ásia (Japão, Tigres asiáticos e a China, em particular) passa a ter grande dinamismo

econômico a ponto de afirmar-se como um pólo na nova geopolítica multi-polar, se abrem para os países latino-americanos, sul-americanos particularmente, novos horizontes que proporcionam condições de romper com a dependência com relação aos EUA. O Brasil, pelas razões apontadas acima, e secundado pela Argentina, Uruguai e mesmo pela Venezuela, sendo países atlânticos, se vêem instados a uma integração regional cujas motivações não são necessariamente as mesmas que comandaram os libertadores (Bolívar, Martí, Sucre, San Martín e tantos outros).

Por outro lado, três dos quatro países sul-americanos do Pacífico têm ligações fortes com os EUA (Colômbia, Peru⁵ e Chile) e ainda, por sua própria localização geográfica, independem da integração física regional sul-americana para aprofundar suas relações com a Ásia – afinal já estão no Pacífico. Dos países do Pacífico sul-americano somente o Equador vem mantendo um vivo interesse nessa integração, sobretudo depois das sucessivas quedas de governos comprometidos com o neoliberalismo, para o que concorreu um dos mais poderosos movimentos sociais dos últimos anos em toda a América Latina, o movimento indígena e camponês equatoriano. Essa busca pela integração regional por parte do novo governo do Equador se dá porque, para realmente romper com o neoliberalismo, o país precisa romper com a dolarização da economia que lhe foi imposta, o que dificilmente conseguirá fora de um quadro de integração regional.

A integração regional vem se movendo entre, de um lado, o impulso de governos progressistas que se elegeram não só pelo desgaste próprio das políticas neoliberais, desgaste que não é abstrato, mas manifestado pelo descontentamento da população através de movimentos sociais e, de outro, pela pressão exercida pelas forças das corporações que veem na integração oportunidades de bons negócios⁶. Diferentemente do caráter imperial que caracterizou a ação dos EUA quando de sua integração ao Pacífico, os desafios que se abrem para o Brasil terão que ser de outra ordem, embora, como vimos, grupos políticos poderosos venham exercendo um papel protagônico no direcionamento dessa integração, entre eles as grandes corporações de engenharia e consultoria do campo da construção civil – as mais diretamente interessadas nas obras de construção de pontes, estradas, hidrelétricas – e, ainda, as grandes corporações da área de mineração, além dos grandes grupos oligárquicos que operam a partir dos grandes latifúndios empresariais de exportação, auto-denominados *agribusiness* que, a partir do Brasil, operam com grande força no Paraguai e no Oriente boliviano.

O Brasil já vem experimentando algumas tensões derivadas desse novo contexto que já valeram, inclusive, a chamada de embaixador, como no *affair* envolvendo empreiteiras no Equador acusadas de corrupção e de não cumprimento de regras técnicas de construção; na renegociação, em nossa opinião bem encaminhada, no caso da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, inclusive com o governo sofrendo forte pressão pela grande imprensa; e, ainda, pressão de movimentos sociais com relação à Petrobrás também no Equador (Porto-Gonçalves e Santos, 2007).

Há uma tensão territorial de novo tipo em curso e já não se trata mais do territorial confundido com a escala do Estado (uni)nacional. O aprofundamento da mundialização do capital e as novas oportunidades abertas por novos meios de comunicação, como a internet, assim como a popularização dos telefones móveis⁷, proporcionaram as condições materiais para que outros protagonistas adentrassem à arena política e colocassem em xeque o Estado (uni)nacional e seu colonialismo interno. Enfim, movimentos sociais quebraram o monopólio estatal e empresarial nas relações internacionais e complexificaram a cena política ao se tornarem protagonistas também na escala global. O *slogan* “proletários de todo o mundo, uni-vos!” do Manifesto Comunista ganha uma dimensão jamais vista e com uma diversidade de sujeitos políticos inimaginável, conforme se pode ver nas diversas versões do Fórum Social Mundial.

Observemos que os movimentos camponeses e indígenas, os campesíndios (Bartra, 2008) ou o indigenato (Ribeiro, 1986), passam a ter um papel relevante, sobretudo a partir de 1990-1992-1994⁸, atualizando uma história de longa duração e colocando outras questões para o debate contemporâneo. Não é sem sentido que politizam o conceito de território, haja vista que o momento primeiro do sistema mundo moderno-colonial foi justamente a invasão de seus territórios, sua (des)territorialização. Para esses povos, a separação da cultura e da natureza se mostra mais que uma questão de paradigma, de episteme, embora também o seja. Atualizam não só essa questão de longa duração, mas também o debate no pensamento contemporâneo, sobretudo no campo crítico ao capitalismo, ao ampliarem o debate sobre a terra, como a questão camponesa é pensada na tradição marxista e liberal, ao colocarem a questão dos territórios. Nas palavras de um líder indígena boliviano: “não queremos terra, queremos território”, o mesmo que veríamos com o líder sindical equatoriano Humberto Cholango, mais tarde (2011) líder indígena e coordenador da CONAIE – Coordenadora das Nacionalidades Indígenas do Equador.

A luta que os camponeses e os povos originários vêm travando adquire um sentido mais amplo e que diz respeito a toda a humanidade e aos destinos da vida no planeta não só por suas lutas históricas contra a desterritorialização/expropriação. Afinal a defesa das culturas em sua diversidade implica a defesa das suas condições naturais de existência com as quais desenvolveram valores que dão sentidos a suas práticas, daí a tríade território-territorialidade-territorialização vir adquirindo centralidade.

É que, no bojo das contradições do sistema mundo moderno-colonial acima esboçada, em que os protagonistas eram, sobretudo, do “andar de cima”, como os gestores dos organismos multilaterais, as ONGs e as corporações do grande capital transnacional, surgiram grupos sociais, etnias e classes que reinventam sua r-existência⁹ histórica à tomada de seus territórios, de suas terras e demais condições naturais de existência desde a invasão/conquista, como os indígenas, os camponeses e os afro-americanos (em seus **cumbes**, quilombos e **pallenques**) e que, sobretudo nos últi-

mos 40 anos, veem-se em grande parte como populações pobres das periferias urbanas vivendo em habitações subumanas paradoxalmente mais suscetíveis à situação de riscos ambientais do que quando estavam nas áreas rurais, nos campos e florestas. Não esqueçamos que a crise ambiental seja também, na perspectiva dessas populações, crise civilizatória reconfigurando o debate epistêmico-político.

Definem, assim, uma outra agenda política onde o ambiental ganha outros contornos. Desse modo, no debate acerca da integração regional há que se tomar em conta esses processos de fundo que vêm construindo outra agenda política. O avanço sobre novas áreas engendrou tensões de territorialidades e, em seu bojo, novas questões vão sendo formuladas. A Amazônia, por exemplo, tem merecido, particularmente por parte da União Européia, um interesse com relação ao desmatamento, preocupados que estão com o tema das mudanças climáticas globais, e também com a biodiversidade que desaparece junto com as florestas. Do ponto de vista estadunidense, tudo indica que os interesses sejam de outro tipo e mais diretos, sobretudo o controle estratégico da região em função de sua riqueza em biodiversidade e água, o que vêm perseguindo através de ações militares na Colômbia e no Peru (Bruckman, 2011).

Os movimentos sociais introduziram a questão social e cultural no debate acerca da natureza. “Não há defesa da floresta sem os povos da floresta”, tese defendida por Chico Mendes, líder camponês da Amazônia brasileira, sintetiza bem um conjunto de lutas sociais travado em diferentes lugares do mundo, como o Movimento Chipko, na Índia, a luta dos Chimalapas, nas selvas do sul do México (Chiapas e Oaxaca), entre os afro-colombianos do Pacífico (Escobar e Grueso), na Articulação dos Povos do Cerrado (Brasil), assim como nos “acordos de pesca”, das reservas marinhas, no “salário defeso”¹⁰ e outras formas de configuração territorial propostas a partir dos movimentos sociais. Enfim, em diferentes contextos geoculturais politiza-se a cultura, e como a cultura não é algo abstrato, essa politização traz junto o debate sobre a apropriação da natureza e, com isso, a questão territorial adquire centralidade no debate teórico-político (Porto-Gonçalves, 2004 [1998]).

Chico Mendes é, nesse aspecto, um líder emblemático, pois soube se mover bem nesse novo quadro geopolítico, ampliando o debate ecológico, introduzindo demandas populares clássicas, como a Reforma agrária e complexificando o debate teórico-político sobre a problemática ambiental. A proposta de Reserva Extrativista defendida por ele revolucionou o conceito de unidade de conservação ambiental ao colocar a cultura e o saber popular como condições necessárias da preservação ambiental¹¹ e se coloca de modo distinto frente ao paradigma eurocêntrico em que a proteção da natureza se faz com unidades de conservação sem gente. Chico Mendes dizia que “a reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros” e, com isso, deslocava o debate da terra para a questão territorial, tal e qual vimos líderes indígenas formulando de modo próprio na Bolívia, no Equador, no México.

Essas questões, é importante frisar, não dizem respeito somente a países em que as populações indígenas ou camponesas são numerosas, como nos casos de Bolívia, Equador, Peru e Paraguai, ou de regiões no interior de alguns países onde o indígena é demograficamente relevante, como no sul do Chile, na Patagônia e Chaco argentinos, na Amazônia brasileira, colombiana e venezuelana ou nos contrafortes da Serra de Perijá, nas lindes colombiano-venezuelanas. Não, essas populações ocupam áreas de alta relevância no que diz respeito à diversidade biológica e que, agora, se tornam objeto da expansão através de projetos como a IIRSA, que abrem essas áreas aos interesses de grandes empresas de mineração e outras ávidas de terras para ampliarem seus negócios de exportação.

Independentemente do tamanho demográfico dessas populações, as áreas por elas habitadas são áreas estratégicas e, desse modo, elas se inscrevem definitivamente no debate político nas suas mais diferentes escalas (Diaz-Polanco, 2004). Essas questões são cada vez mais associadas à problemática urbana, seja pela qualidade das águas ou dos alimentos (orgânicos ou transgênicos?), seja pelo crescimento exponencial das cidades a que já aludimos, ou mesmo pelas mudanças climáticas com chuvas torrenciais, secas rigorosas e incêndios grandiosos que se propagam e que localmente tornam a vida mais difícil de ser vivida. E essa realidade torna-se mais grave, sobretudo, para as populações que dispõem de menos condições econômicas e são obrigadas a viver nos ambientes mais íngremes ou nos fundos de vales alagáveis ou ainda nos mangues.

Enfim, o indígena e o camponês já não são mais os “locais”, embora também o sejam. Essas populações se colocam, hoje, no debate político à escala nacional reconfigurando esse debate com questões próprias, mas não como questões exclusivas, específicas. Colocam-se explicitamente a questão do poder nacional. Assim, procuram escapar das armadilhas políticas que lhes são colocadas pelo pós-modernismo e seu multiculturalismo que separa cada qual em seu canto e, deste modo, estimula os essencialismos, a xenofobia, como na Europa. Falam, ao contrário, de descolonização, de interculturalidade (Walsh, 2002), de transmodernidade (Dussel, 2004). Essa ampliação do debate teórico-político enseja que o Estado não seja mais (uni)nacional como a Bolívia explicita ao se renomear como Estado Plurinacional (Tapia, 2009). Na última eleição, realizada no país em 2010, as populações indígenas puderam eleger seus representantes de acordo com critérios próprios e não necessariamente na base de cada indivíduo um voto, uma revolução nos mecanismos políticos na medida em que reconhece a cultura para além do plano específico, mas político-territoriais (municípios mancomunados).

O Equador foi o primeiro país do mundo a introduzir os direitos da natureza numa constituição. A proposta, nascida no movimento indígena-camponês-ambientalista e acatada pelo governo Rafael Correa de não explorar o petróleo nos contrafortes andino-amazônicos – Parque Nacional de Yasuny – mediante a arrecadação de metade do valor que obteria com a exploração, é a primeira proposta concreta que não se faz enquanto

compensação dos países ricos a algum país pobre enquanto continuam explorando e lançando gases de efeitos estufa na atmosfera. Com a proposta do Parque Nacional de Yasuny deixa-se de explorar o petróleo em benefício das populações e da natureza em troca de captação de metade do valor.

Começa a ganhar sentido ideias como pluralismo jurídico não mais recusando os direitos das gentes, o chamado direito consuetudinário, já não mais somente o direito hegemônico fundado nos princípios liberais do indivíduo e da propriedade privada¹². Afinal, o conhecimento originário e tradicional não é um direito individualizável, mas um patrimônio comum, coletivo e comunitário que demanda uma sistematização e um reconhecimento que não necessariamente o reduza a princípios contrários aos seus fundamentos sociopolíticos e culturais. Por exemplo, a maior parte das grandes corporações da área de biotecnologia sabe que não basta sair de nossos países carregando espécies botânicas e faunísticas para, *a posteriori*, identificar o princípio ativo em seus laboratórios. O custo disso seria incalculável. Daí seu interesse em buscar conhecimento junto a grupos sociais, povos e etnias de usos originários, seja como alimento, seja como remédio. É com base nesse conhecimento originário e tradicional que recolhem as espécies de interesse. Portanto, o que carregam não é o que se convencionou chamar biopirataria, mas sim etno-biopirataria, pois é da cultura e do conhecimento originários que originariamente se apropriam.

Só reconhecer o direito de propriedade a partir do isolamento do princípio ativo nos laboratórios é apropriar-se indevidamente de um acervo de conhecimento que é comunitário e coletivo – direitos de propriedade intelectual de outra ordem, enfim, novas questões teórico-políticas. Afinal, herdamos uma enorme riqueza cultural enquanto conhecimento originário e tradicional cuja origem remonta à ocupação do continente e à própria formação dos domínios climático-botânicos (Aziz Ab´Saber, 1977) abrigada no patrimônio natural de nossas florestas tropicais e equatoriais, nossas savanas, nossas estepes, nossas *punas*, nossos *páramos* e em nossos mangues/*humedales*, enfim, a riqueza em diversidade biológica de nosso continente, e de nossa sub-região sul-americana em particular.

Enfim, há uma agenda positiva surgindo no interior dessas lutas sociais, muitas das quais já foram incorporadas enquanto leis ou enquanto políticas. Há, muitas vezes, avanços formais com enormes dificuldades concretas de implementação, como a Lei Orgânica dos Povos Indígenas da Venezuela, uma das mais sensíveis a esse pensamento originário, mas que encontra enormes dificuldades para ser assimilada pelo próprio governo bolivariano de cujo processo revolucionário, no fundo, emergiu essa Venezuela Profunda que foi capaz de admitir essa lei¹³. No Brasil, todo o esforço desencadeado pelos seringueiros e que culminou, nos anos 1980, na criação das Reservas Extrativistas, que demandavam novas relações entre o Estado e a sociedade civil organizada, viu-se impossibilitada de cumprir sua verdadeira missão pelo esvaziamento do Estado nos anos de hegemonia neoliberal.

Há uma questão de fundo que emana desse repertório de questões. Trata-se da luta pela *reapropriação social da natureza* que a humanidade, na sua diversidade, vem travando. É isso que se coloca enquanto questão territorial. Afinal, uma das condições para que haja uma dominação generalizada de alguns homens sobre a humanidade é a expropriação das condições materiais da existência entre as quais se inclui a natureza. Assim, privados dessas condições pela instauração do primado da propriedade que priva –propriedade privada– instaura-se a separação homem-natureza não só enquanto paradigma. Deste modo, são profundas as implicações que emanam dessas lutas pela reapropriação social da natureza, boa parte delas desencadeadas por populações com fortes vínculos territoriais, como os povos originários, camponeses, quilombolas, os sem-terra (desterritorializados em luta por re-territorialização enquanto reapropriação social da natureza).

Ao colocarem a natureza como sujeito de direito, como no Equador, ao politizarem a cultura dando-lhe um sentido prático não separando corpo e mente, natureza e cultura, espírito e matéria, ensejam um debate que vai além do desenvolvimento/subdesenvolvimento como até aqui ficamos presos nos marcos eurocênicos. Vários autores como Ricardo Abramovay, J-M. Allier (2009), Elmar Altvater, Gustavo Esteva, Alberto Acosta, Wolfgang Sachs, Celso Furtado e Josué de Castro já insistiram que não se trata de “socializar o *american way of life*”. Esses movimentos sociais e seus intelectuais orgânicos (Gramsci, 1968) oferecem ao debate teórico-político o *Suma Kawsay*, o *Buen Vivir*, não como modelo, por suposto, mas como outro horizonte de sentido.

Por fim, consideremos que todo esse patrimônio teórico-político forjado no terreno movediço da história recente de *Nuestra América* se fez tendo que enfrentar um dos mais violentos processos expropriatórios que se tem notícia na história da humanidade, desde os anos 1970. Regimes autoritários comandaram a construção de estradas, barragens, hidrelétricas, linhas de transmissão, produziram sem terras e sem tetos, mas, nesse bojo e apesar de tudo, surgiu uma nova agenda teórico-política que aqui, ainda que sucintamente, explicitamos. A IIRSA e as perspectivas que se abrem com a demanda por *commodities* pela Ásia, China em particular, impõem ao Brasil a integração regional física da América do Sul.

Como vimos, o cenário de conflitos tende a se estender. E tende a expor aos conflitos governos de distintas formações, como se pode ver recentemente na Bolívia no *affair* TIPNIS com os movimentos sociais, de onde saíram as principais lideranças do governo, confrontando-se com o governo. O mesmo pode ser visto contra o aumento dos combustíveis do governo de Piñera, quase ao mesmo tempo no sul do Chile com bloqueio de estrada, forma de manifestação típica dos movimentos indígenas e camponeses, impedindo o trânsito, inclusive de turistas nos aeroportos. No ano de 2010, o governo Rafael Correa (Equador) se viu alvo de manifestação que por pouco não se transformou em tentativa de golpe, onde o governo se viu isolado ao não contar com o apoio de movimentos sociais que, nas

últimas décadas, tiveram um papel importante naquele país, inclusive na deslegitimação de um neoliberalismo que se acreditara tão forte que impôs a dolarização da moeda ao país. No Peru, um dos movimentos mais expressivos a CONACAMI –*Confederación Nacional de Comunidades Afectadas por la Minería* (CONACAMI)– viu-se, em 2009, implicado num dos mais violentos conflitos dos últimos anos, em Bagua, nos contrafortes andino-amazônicos. Nesse conflito morreram dezenas de pessoas, inclusive, um número expressivo militares, protagonizado por povos indígenas em confronto com empresas mineradoras e forças militares, indicando sua expansão até os confins andino-amazônicos onde vivem povos em isolamento voluntário. Na Venezuela, o governo vem encontrando dificuldades para demarcar os territórios indígenas como na Serra de Perijá, onde estão sendo feitas concessões de mineração em territórios ancestrais que os indígenas, sob a liderança do Yukpa Sabino Romero, vêm protagonizando. No Brasil, são tensas as relações com movimentos indígenas e camponeses em torno da construção das barragens como a de Belo Monte, no rio Xingu, e outras no Rio Madeira assim como na transposição do rio São Francisco.

Sabemos que a lógica que comanda os processos eleitorais não é a mesma que comanda as contradições sociais e suas lutas, nem tampouco a chamada opinião pública. Evo Morales, a menos de um ano, tinha amplo respaldo eleitoral que lhe deu mais de 60% dos votos e dois terços do Parlamento. Recentemente, sofreu ampla contestação de seu *gasolinazo*, como ficou conhecida sua medida de aumento de 83% no preço da gasolina. O mesmo ocorreu com Piñera, no Chile: eleito e com amplo apoio depois do acidente em que os mineiros foram soterrados e salvos em grande operação comandada pelo governo com ampla cobertura da mídia, viu-se tendo que enfrentar grandes mobilizações que lhe afetaram a popularidade. Enfim, há um cenário complexo se abrindo que coloca enormes desafios, sobretudo para aqueles que buscam uma integração com justiça social, que abrigue a diversidade cultural-territorial de nossa região e que seja ambientalmente responsável.

Tudo indica que a “acumulação por espoliação”, cunhada por David Harvey para caracterizar “o novo imperialismo” e sua combinação estrutural de mais valia absoluta e mais valia relativa (para mantermo-nos nos marcos teóricos marxistas de Harvey), embora seja um arcabouço teórico necessário para compreender o que vem se passando, é insuficiente se ignorarmos a colonialidade que atravessa o sistema mundo desde seus primórdios até hoje. Uma história de larguíssima duração parece estar sendo agenciada por populações originárias, por camponeses que se apropriaram das terras como espaços de vida e liberdade, escapando do latifúndio, e ainda por populações negras que fizeram nos **pallenques/quilombos/cumbes** uma história e uma geografia de liberdade, numa região marcada pela escravidão, pelo latifúndio e pela monocultura. Clamam por uma análise crítica que esteja à altura da sua criatividade e que supere uma sociedade que reduza o mundo à mercadoria e que não mais reproduza a colonialidade do saber e do poder que desperdiça essa rica experiência humana. Enfim, há um acer-

vo enorme tanto de ideias para constituir uma agenda política nesse sentido, como de ricos e diversos patrimônios culturais e naturais que nos servem de condição para reinventar a nossa existência e a da humanidade. Enfim, como nos ensina Simon Rodrigues, “ou inventamos ou erramos”.

Notas

¹ Não se deve ignorar a controvérsia sobre a possível chegada dos chineses na América/ Abya Yala em período anterior aos europeus. O livro *1421: The year China discovered the world* do ex-oficial da marinha britânica Gavin Menzies levanta argumentos sobre a chegada dos chineses a América fazendo referência a um mapa datado de 1459 que teria sido elaborado pelo veneziano Fra Mauro tendo como base informações de mapas chineses que, à época, possuíam um grande desenvolvimento de navegação e construção náutica.

² Trecho do poema *Las dos Américas* de José Maria Torres Caicedo, 1856.

³ O ICONE, somente entre os anos de 2007 e 2009, produziu trinta e cinco documentos confidenciais para o governo brasileiro. Consultar <http://www.iconebrasil.org.br/pt>.

⁴ Entre os conflitos que ganharam maior destaque temos os do sul da Bahia; os da baía de Sepetiba no estado do Rio de Janeiro; os relacionados a transposição do Rio São Francisco, envolvendo vários estados como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Sergipe e Alagoas; e os vinculados a construção das hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e do Rio Madeira, em Rondônia e, mais recentemente, os do Porto de Açu, no Rio de Janeiro.

⁵ Em 2011, as eleições no Peru indicaram claramente o novo contexto geopolítico que vimos assinalando neste artigo. O Brasil teve um papel ativo nas eleições peruanas com um apoio nada velado ao candidato nacionalista Ollanta Humalla, haja vista o alinhamento pró-estadunidense de sucessivos governos daquele país que se colocavam abertamente contra a UNASUR e as propostas de integração sul-americanas do Itamarati. Os primeiros meses do novo governo, todavia, mostrariam a continuidade de uma política de extração mineral que já vinha ganhando grande espaço nos últimos governos o que levou a que forças políticas mais à esquerda se afastassem do governo diante de grandes mobilizações populares, sobretudo de camponeses e indígenas em defesa da água e contra a extração mineral em grande escala.

⁶ Nada poderia ser mais emblemático dessa tensão do que a Copa Libertadores da América de futebol, disputada pela primeira vez em 1960, quando a ideia libertadora ganhara força com a Revolução Cubana, e que passa a ser chamada recentemente Copa *Toyota* Libertadores, entre 1998-2008 e, desde então, Copa *Santander* Libertadores. Enfim, Toyota e Santander estão longe de constituírem uma perspectiva libertadora para a região.

⁷ Os telefones móveis, o uso das pequenas motocicletas e a internet jogaram um papel importantíssimo para a rápida mobilização popular que impediu, por baixo, o golpe de Estado contra o Presidente Hugo Chávez em 2002, convocando a população pobre das periferias de Caracas para que cercassem o Palácio Miraflores.

⁸ 1990 – Marchas pela Dignidade e pelo Território no Equador e na Bolívia; 1992 – data simbólica dos 500 anos da invasão colonial, data politizada pelo movimento indígena, sobretudo na Conferência Rio 92 da ONU; 1994 – no dia 1º de janeiro, quando os EUA, México e Canadá firmavam o NAFTA, os zapatistas, com o EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional – através de uma ação espetacular se manifestam, denunciando ao mundo o olvido dos povos originários, o *México Profundo*, a *América Profunda*. O manejo das novas tecnologias pelo movimento indígena surpreendeu aqueles que teimam em ignorar sua criatividade. Aliás, a colonialidade é, sempre, desperdício de experiência humana.

⁹ Nota conceitual: Porto-Gonçalves (2004 [1998]; 2001) vem insistindo na criação de um neologismo – R-Existência – que, nos parece, mais rico do que a expressão resistência para dar conta do que está em curso. Afinal, resistência é uma expressão que sugere que se reage a uma ação de outrem somente. Com o neologismo proposto tentamos dar conta de que embora haja reação, resistência, essa não se dá a partir do nada, mas sim a partir de um patrimônio sociocultural pré-existente que, diante da experiência (Thompson), age. Logo é de R-existência que se trata.

¹⁰ O “salário defeso” é uma inovação no direito que reconhece o direito dos pescadores a receberem um salário nos períodos em que a pesca está interdita em função das necessidades de reprodução das espécies. Antes se defendia o peixe e não o pescador. Com o “salário defeso” estamos diante de outro paradigma onde o peixe e o pescador não são antagonizados.

¹¹ Em torno de Chico Mendes (1944-1988) se desenvolve uma perspectiva teórico-política mais próxima ao “ecologismo dos pobres” e à “ecologia popular”, diferente da defendida pelo Banco Mundial e setores empresariais, e suas ONGs, em torno da ideia de desenvolvimento sustentável.

¹² O Artigo 197 da Constituição boliviana estabelece que “o Tribunal Constitucional Plurinacional estará integrado por Magistradas e Magistrados eleitos com critérios de plurinacionalidade, com representação do sistema ordinário e do sistema indígena originário-camponês”. Nas eleições gerais de 6 de dezembro de 2009, no marco da nova Constituição Política do Estado, elegeu-se na Bolívia a Assembleia Legislativa Plurinacional (em substituição ao Congresso Nacional até então existente), composta por 36 senadores e 130 deputados, 7 dos quais se elegeram em circunscrições especiais indígena-originário-camponesas.

¹³ Vemos que, assim, passa-se algo parecido com o que se passou com as políticas neoliberais que admitiram a incorporação dos direitos indígenas ou de populações negras, mas que não tinham a dimensão do seu real significado, da magnitude, sobretudo em termos territoriais. Vide as leis que reconhecem o direito à demarcação dos territórios quilombolas no Brasil, assim como as primeiras leis que introduziram novos direitos aos povos indígenas na Bolívia e outros países.

Bibliografia

Ab'Saber, A. (1977), Os Domínios Morfoclimáticos da América do Sul. *Revista Geomorfologia*, IGEO-USP, nº 52, p. 117-124, São Paulo.

Acosta, A. (2010), *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: Una lectura desde la Constitución de Montecristi*. FES-ILDIS, Quito.

Albuquerque Junior, D. M. (2009). *Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 4ª ed., Cortez, São Paulo.

Bartra, A. (2008), *El Hombre de Hierro: los límites sociales e ambientales del capital*, UACM, México DF.

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*. Difel e Bertrand Brasil, Lisboa e Rio de Janeiro

Bruckman, M. (2011), *Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/01/Tese-de-2011-Monica-Bruckmann.pdf>. Acesso: 15/01/2012.

Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. (2007), *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Ed. Siglo del Hombre Editores, Bogotá.

Carvalho, J. G. (2004), *A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA*, FASE, Belém.

Diaz-Polanco, H. (2004), *El Canon Snorri; diversidad e tolerancia*, Ed. UACM, México DF.

Dussel, E. (2000), “Europa, modernidad y eurocentrismo”, in: Lander, E. (ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latinoamericanas pp. 41-53, CLACSO, Buenos Aires.

Ídem (2004), “Sistema mundo y transmodernidad”. In: Saurabh Dube, Ishita Banerjee y Walter Mignolo (eds.). *Modernidades coloniales*, El Colegio de México. pp. 201-226, México DF.

Escobar, A. (2003), *Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano*. Tabula Rasa (1): 51-86, UCMC, Bogotá.

Esteva, G. (2000), “Desenvolvimento”. In: Sachs, W., *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*, Ed. Vozes, Petrópolis.

Fanon, F.(1965), “Racismo y cultura”. In: *Por la revolución africana*, Fondo de Cultura Económica, p.38-52, México.

Feres Júnior, J. (2005), *A história do conceito de Latin América nos Estados Unidos*, EDUSC, Bauru, São Paulo.

Furtado, C. (1974), *O Mito do Desenvolvimento*, Ed. Paz e terra, São Paulo.

González Casanova, P. (2007), *Colonialismo interno (uma redefinição). En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina, 2007.

Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc> Acesso: 10/09/2009.

Gramsci, A. (1968), *Os Intelectuais e a organização da cultura*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Haesbaert, R. (2010), *Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

Harvey, D. (2004), *O Novo Imperialismo*, Edições Loyola, São Paulo.

IIRSA, *Documentos oficiais*. Disponível em: <http://www.iirsa.org>. Acesso em: 30/0811.

Maldonado-Torres, N. (2007), “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: Castro-Gómez, S. e Grosfoguel, R. (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. pp. 127-167, Ed. Siglo del Hombre Editores, Bogotá.

Massey, D. (2004), *Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações*. Tradução: Rogério Haesbaert. *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, Vol. 6, nº 12, p.7-23.

Melo, L. (2011), “Com caminho asfaltado, Brasil alcança Pacífico. Caderno Economia”, *O Globo*. 31 de Julho, p.40.

Mignolo, W. D.(2003), *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, UFMG, Belo Horizonte.

Ídem (2007), *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*, Gedisa, Barcelona.

Moraes, A. C. R.(2008), *Território e História no Brasil*. 3ª ed., Annablume.

Otero, E. (2006), *A Origem dos Nomes dos Países*, Panda Books, São Paulo.

Porto-Gonçalves, C. W. (2002), "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades". In: *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. Ana Esther Ceceña y Emir Sader, CLACSO.

Ídem (2003), "A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina". In: Seone, José (Org.) *Movimentos sociales y conflicto em América Latina*, Clacso, Buenos Aires. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>. Acesso em: 29/07/2009.

Ídem (2004) [1998], *Geografando nos varadouros do mundo*, Ed. IBAMA, Brasília.

Ídem (2006), "A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha". In: Ana Ester Ceceña. (Org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*, Clacso, Buenos Aires.

Ídem e Santos, L. H. R. (2007), *A luta pela reapropriação social dos recursos naturais na América Latina: o caso da Petrobrás no Equador*. <http://alainet.org/active/15463&lang=es>. Consultado em 28/10/2010.

Quijano, A. (2000), "Colonialidad del poder y clasificación social", *Journal of World-System Research*. (2): 342-386.

Ídem (2005), "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*, Clacso, pp. 227-278, Buenos Aires.

Ribeiro, D. (1986), *América Latina – Pátria Grande*, Guanabara, Rio de Janeiro.

Sachs, W. (2000), *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como o poder*, Ed. Vozes, Petrópolis.

Tapia, L. (2009), *La conyuntura. De la autonomía relativa del estado*, Ed. Miulea del Diablo/Clacso/Comuna, La Paz.

Verdum, R. (2007), *Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul*. ADITAL, 21 nov. Consultado em 14 de janeiro de 2009 <http://www.adital.com.br>.

Walsh, C. (2002), *Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico*, Universidad Andina Simon Bolívar, Quito.

* * *

Recibido: 25.08.2011

Aceptado: 23.11.2011